

Desigualdades Regionais no Emprego em Portugal: Uma abordagem baseada no Quociente de Localização e no Índice de Hirschman-Herfindahl

Regional Inequalities in Employment in Portugal: An Approach Based on the Location Quotient and the Hirschman-Herfindahl Index

Laudelina Alves Ribeiro

laudelinaribeiro@outlook.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil

Jefferson Andronio Ramundo Staduto

jefferson.staduto@unioeste.br

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, Brasil

Rui Manuel de Sousa Fragoso

rfragoso@uevora.pt

Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Gestão, CEFAGE, Largo dos Colegiais, 2, 7004-516 Évora

Maria Conceição Peixe Rego

mcpr@uevora.pt

Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Economia, CEFAGE, Largo dos Colegiais, 2, 7004-516 Évora

Resumo

Este estudo analisa o comportamento locativo e a concentração do emprego nos setores de atividade económica, ao nível das NUTS III, em Portugal e nos seus principais municípios, em 2011 e 2021. A metodologia utilizada baseou-se no Quociente de Localização (QL) e no Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH). Os resultados evidenciam a prevalência do setor terciário nas NUTS III e nos municípios analisados, o que significa a especialização e concentração do emprego nas atividades económicas deste sector. A concentração do emprego em atividades do setor terciário, muitas das quais de baixo valor acrescentado, torna os municípios e as regiões mais expostas a crises de natureza económica e social, diminuindo a resiliência e originando maiores disparidades regionais. quedado que a terciarização da economia portuguesa está baseada em bens e serviços de baixo valor, muito dos quais de natureza não transacionável, sugere-se que a política pública deva privilegiar a reindustrialização e o desenvolvimento de serviços geradores de elevado valor acrescentado.

Palavras-chaves: Desenvolvimento regional; Disparidades regionais; Emprego; Indicadores de localização.

Códigos JEL: O0; O1; O2; R1

Abstract

This study analyses locational behaviour and employment concentration in economic sectors at the NUTS III in Portugal and its main municipalities in 2011 and 2021. The methodology used was based on the Location Quotient (LQ) and the Hirschman-Herfindahl Index (HHI). The results highlight the prevalence of the tertiary sector in NUTS III and municipalities, which indicates the specialization and concentration of employment in economic activities within this sector. The concentration of employment in tertiary sector activities, many of which are low value-added, leaves municipalities and regions more vulnerable to economic and social crises, reducing resilience and leading to greater regional disparities. Given that the tertiarization of the Portuguese economy is based on low-value goods and services, many of which are non-tradable, it is suggested that public policy should prioritise reindustrialisation and the development of high-value-added services.

Keywords: Regional development; Regional disparities; Employment; Location indicators.

JEL Classification: O0; O1; O2; R1

1. INTRODUÇÃO

As assimetrias inter-regionais, na generalidade dos países, estão relacionadas com o aumento das disparidades entre as regiões, mesmo com o aumento do nível de desenvolvimento global e da qualidade de vida nas diversas regiões. Este é o cenário também em Portugal, um país localizado no extremo oeste da Europa, e que integra a União Europeia desde 1986 (então designada como Comunidade Económica Europeia). A população e as atividades económicas estão distribuídas desigualmente, num processo que é simultaneamente causa e efeito de disparidades no desenvolvimento regional. A população, o emprego e a atividade económica, concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde residem, respetivamente, 27,7% e 16,8% dos portugueses, segundo dados do Recenseamento da População de 2021.

Este processo de concentração, populacional e de emprego, que apresenta os primeiros sinais a partir dos idos anos 60 do século XX, não parece dar sinais de abrandar e é apenas uma das faces visíveis do problema das assimetrias regionais. Alterações estruturais das atividades produtivas como a redução da importância económica da agricultura, o abandono das áreas predominantemente rurais, a industrialização, ainda que tardia e muito concentrada geograficamente, num primeiro momento, e a terciarização da economia, posteriormente, marcam a evolução do trabalho e da localização da população. No entanto, a terciarização não é um fenómeno exclusivo de Portugal, mas uma transformação estrutural que foi comum à generalidade das economias desenvolvidas e em que o setor dos serviços ganhou centralidade no emprego e no valor acrescentado. O caso português distinguiu-se pela persistência de uma especialização excessivamente concentrada em serviços de menor valor acrescentado, por forte peso de atividades não transacionáveis e pela elevada polarização territorial em torno das áreas metropolitanas. Assim, mais do que a expansão dos serviços em si, importa distinguir a qualidade desses serviços e o modo como se distribuem pelo território. Portanto, para além de serem muito baseados em atividades pouco qualificadas e geradoras de bens de baixo valor acrescentado, tiveram como consequência o despovoamento de grande parte do território português e o aumento, populacional e económico, das áreas urbanas, particularmente as áreas metropolitanas, o que moldou as disparidades entre as regiões portuguesas (Rego et al., 2023; Reis, 2023b).

Além disto, outra das características estruturais da economia portuguesa é o forte envelhecimento da população. Em 2024, o índice de envelhecimento era de 192,4 (INE, 2025). Este fenómeno, sendo transversal a todo o território, é mais severo nas regiões mais despovoadas, contribuindo para o agravamento do chamado ciclo vicioso da baixa densidade.

As assimetrias regionais em Portugal fazem-se sentir sobretudo no domínio da competitividade: as regiões com níveis de competitividade mais elevados localizam-se no litoral do país, nomeadamente as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e a região de Aveiro, sendo neste domínio que se registam as maiores diferenças inter-regionais (INE, 2021). As áreas metropolitanas e as regiões com fortes características exportadoras (a Península de Setúbal e o Algarve),

distinguem-se das restantes regiões portuguesas sobretudo pelas características decorrentes da aglomeração económica (Rego et al., 2021). Em todos estes casos, a intensidade e a natureza do emprego criado são fatores determinantes do desenvolvimento dessas regiões. Com o intuito de compreender o comportamento das dinâmicas do emprego nas diversas regiões portuguesas, por sector de atividade, este estudo pretende analisar as diferenças locativas e na concentração do emprego, ao nível das NUTS III e dos seus principais municípios, enquanto aglomerados populacionais potenciadores de desenvolvimento. Assim, este estudo analisou o comportamento locativo e a concentração do emprego nos principais setores de atividade económica, a partir de dados recolhidos nos Recenseamentos da População de 2011 e 2021. Os dados foram analisados com base em indicadores como o Quociente de Localização e o Índice de Hirschman-Herfindahl. A utilização deste tipo de indicadores nos estudos de natureza territorial, permite analisar o comportamento de uma dada variável, de um sector de atividade, por comparação com uma unidade territorial padrão, que se entende de referência.

Este estudo visa contribuir para ampliar o conhecimento sobre o emprego, variável fortemente associada às assimetrias de desenvolvimento e tema central na ciência regional. O emprego relaciona-se com a geração de valor e com o rendimento regional e respetivos efeitos multiplicadores. Entender o dinamismo do emprego nos setores de atividade económica e as relações intra e inter-regionais é fundamental para entender a dinâmica produtiva e informar a elaboração de políticas públicas dirigidas para a correção das fragilidades detectadas. O estudo também possibilita sua replicação em diversos contextos territoriais.

Além dessa introdução, este estudo contempla mais quatro secções. A segunda secção aborda breves notas de enquadramento teórico, destacando-se o contributo dos municípios para a estruturação das regiões e alguns traços genéricos acerca da evolução do emprego em Portugal. A terceira seção apresenta a metodologia, seguido dos resultados e discussão. A encerrar o estudo surgem as considerações finais.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O território é essencial no desenvolvimento do mundo contemporâneo, pois as relações socioeconómicas são constituídas no espaço geográfico, gerando mudanças de cunho científico, cultural, político, social ou produtivo. No espaço não há neutralização das alterações e da disseminação das atividades produtivas. Por isso, o espaço possui a performance física da região pela atuação dos grupos, pelas atividades produtivas e pelo povoamento (Ferrera de Lima, 2016). O território não se restringe apenas a uma característica, mas à interação entre o espaço e a ação humana, construindo um campo de forças que agem e operam as relações de poder e denominação (Alves, 2016). O território é, pois, caracterizado como o lugar onde pessoas e ecossistemas se relacionam. Oliveira (2021), ressalta que o processo de desenvolvimento regional, sobre o espaço, é resultado de suas características históricas, da respetiva vinculação e sua identidade local. Isto é, a região é resultado de seus fatores históricos, económicos e sociais, passados e contemporâneos.

A composição da estrutura económica de algumas localidades, a escala urbana, ou fatores externos, podem levar a que alguns locais se desenvolvam mais que outros, consoante o grau de diversificação económica ou o nível de especialização (Gonçalves et al., 2019), sendo que, em geral, estruturas produtivas e económicas mais diversificadas promovem um mais equilibrado crescimento económico (Ferreira et al., 2025). Por isso, o estudo das estruturas produtivas é importante para entender o sistema local de qualquer área geográfica (município ou região), decorrendo das escolhas políticas passadas e presentes. O percurso de desenvolvimento de um território, a sua capacidade produtiva, a distribuição de rendimento e emprego, uso dos recursos e fatores locais tangíveis e intangíveis, a atração de atividades económicas, entre outros fatores, geram potencialmente melhor desenvolvimento e qualidade de vida (Alves, 2022a). A simultaneidade das condições físicas e sociais, nas diversas regiões, é fundamental à vitalidade dos territórios pelas condições de produção, de manutenção e conservação de riqueza e de qualidade de vida da população. Ou seja, os territórios que não são capazes de sustentar as suas condições de vida, não conseguirão conservar a criação de riqueza, o que, por conseguinte, se refletirá no seu dinamismo e na sua perspectiva de emprego e rendimento (Ferrera de Lima, 2022).

Na promoção de níveis de desenvolvimento territorial elevados é fundamental uma rede de cidades equilibrada. O estudo pioneiro de Christaller (Simões Lopes, 1984) acerca do papel das cidades, designado como Teoria dos Lugares Centrais, define de que modo, idealmente, as redes de cidades devem estar estruturadas, de forma a permitirem a todos os cidadãos um acesso adequado aos diversos bens e serviços. Mas também de modo a permitir às empresas e outras organizações, designadamente públicas, limiares de procura que garantam a respetiva rentabilidade. A Teoria dos Lugares Centrais estabelece que as cidades se organizam numa rede hierárquica baseada no nível de especialização dos bens e serviços que disponibilizam. Deste modo, os grandes centros dão resposta às necessidades de residentes a vastas áreas de mercado com serviços raros e de procura pouco frequente, enquanto as pequenas localidades garantem a máxima acessibilidade a produtos de consumo diário e regular.

Com vista a dar resposta a estes requisitos, as redes de cidades, segundo Christaller (Simões Lopes, 1984), deveriam ser hierárquicas, sendo que o que determinava o posicionamento na hierarquia urbana era a especialização dos bens e serviços disponibilizados. Nesta abordagem, a especialização de uma cidade é diretamente proporcional à sua dimensão. Dito de outra forma, as cidades “constituem espaços privilegiados de concentração de recursos – população, atividades económicas e riqueza – sendo entendidas como territórios centrais de intervenção para a promoção do crescimento económico e da competitividade” (INE (2014) citado em Reis, 2020, p.314).

E continuando a recorrer a Reis (2023b), ficamos com uma abordagem mais holística do que é a cidade e dos seus diversos papéis: “As cidades são simultaneamente aglomerações, lugares diferenciados, expressões da diversidade e, por isso, sujeitos de interações intensas. São-no do ponto de vista simbólico, material e imaterial, cultural, social e político e também económico. Sendo lugares de fixação, são lugares de acesso: a bens, a serviços, ao relacionamento e às oportunidades. Dispõem de vantagens aglomerativas e são sedes de diferentes poderes. Por isso, supõe-se que representam localizações privilegiadas, onde é possível encontrar o que melhor representa as tendências positivas que a sociedade gerou e as que indicam mudança social. Mas também se sabe que, por serem lugares de afluência e de variedade, concentram desigualdades, assimetrias e problemas. Afirmam-se, enfim, como elementos essenciais para a compreensão do território e mesmo para uma reflexão epistemológica sobre ele” (Reis (2005) citado em Reis, 2023a, p. 701-702). As redes de cidades são, pois, lugares âncora do território, a partir dos quais se deve construir a racionalidade do sistema de ordenamento do território e estabelecer a malha que agrega as áreas de maior proximidade, bem como o conjunto de relações inter-regionais, de natureza económico-social.

No caso português, a rede de cidades tem sido construída a partir de uma estrutura de tipo vertical e complementar, *à la Christaller*. A rede urbana portuguesa organiza-se numa hierarquia vertical onde pequenas localidades com serviços básicos dependem de cidades médias regionais. No topo destaca-se Lisboa, que concentra as funções mais especializadas do país e atrai grandes fluxos diários de trabalhadores da sua periferia. O estudo “Sete traços para um esboço da economia portuguesa” (Reis, 2023b), defende que um dos desequilíbrios estruturais da economia portuguesa acontece no sistema de emprego, caracterizado por um desajustamento entre a oferta e a procura, o que tem originado processos migratórios, sobretudo de emigração de trabalhadores qualificados e de imigração de trabalhadores pouco qualificados. Este estudo também analisa a evolução da estrutura produtiva portuguesa, o que está profundamente associado ao funcionamento do mercado de trabalho e à concentração e especialização produtiva das diversas regiões. O autor (Reis, 2023b) defende que o sector primário manteve, durante demasiado tempo, um peso excessivo no emprego nacional, o que se fazia acompanhar da fragilidade em termos de criação de riqueza. O processo de industrialização, como fator transformador e multiplicador de rendimento e emprego, além de tardio, não teve capacidade para manter elevados níveis de produtividade relativa. O sector terciário, por seu turno, passou por dois processos distintos: um relacionado com a generalização de serviços qualificados (educação, saúde, cultura, entre outros) e consumos sofisticados e outro baseado em sectores mais indiferenciados de menor produtividade. O sector terciário, que predomina na criação de emprego em Portugal, assenta, predominantemente, na criação de funções de baixo valor económico.

Assim, para compreender os efeitos de interação, e as diferenças, entre as cidades (municípios) e as regiões onde se situam, bem como as ligações e as disparidades entre as diversas NUTS III e o

conjunto do país, no que à concentração de emprego respeita, procede-se à análise locativa e de concentração do emprego, por setor de atividade em diversos concelhos e nas NUTS III que constituem o país.

3. METODOLOGIA E DADOS

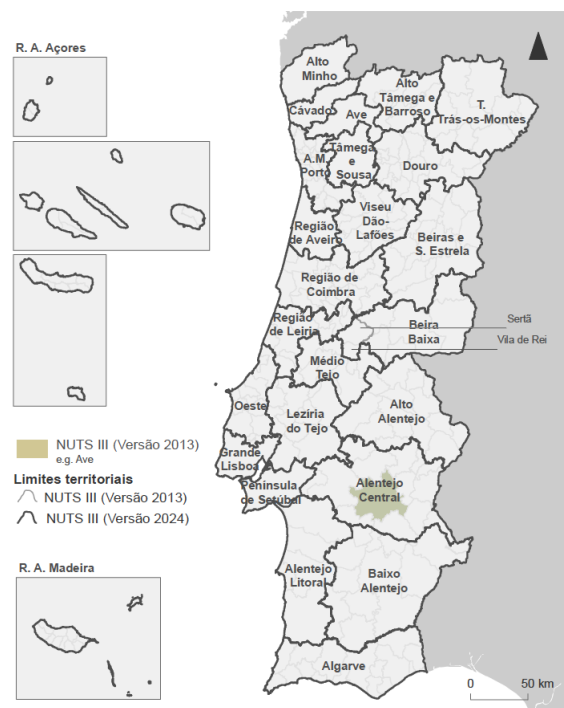
Portugal organiza-se em dois níveis de governo político com autonomia: o governo central (nacional) e as autarquias locais (municípios e freguesias), revelando uma estrutura profundamente centralizada, em particular no continente. Apenas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira existe poder político regional autónomo. Ainda assim, e meramente para fins de natureza estatística, desde a adesão à Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), o território português, tal como o dos restantes países membros da U.E., está estruturado em regiões de níveis distintos designadas como NUTS (Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos). Neste estudo seguir-se-á a classificação das NUTS 2024, compostas por 308 municípios agrupados em 26 NUTS III, 9 NUTS II e 3 NUTS I (INE, 2023; Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024a) e as unidades de base de análise serão os municípios e as NUTS III (Quadro 1 e Figura 1).

Quadro 1. NUTS 2024: nova divisão regional das NUTS III, NUTS II e NUTS I

NUTS III	NUTS II	NUTS I
Alto Minho Cávado Ave Área Metropolitana do Porto Alto Tâmega e Barroso Tâmega e Sousa Douro Terras de Trás-os-Montes	Norte	Continente
Região de Aveiro Região de Coimbra Região de Leiria Viseu Dão Lafões Beira Baixa Beiras e Serra da Estrela	Centro	
Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	Oeste e Vale do Tejo	
Grande Lisboa	Grande Lisboa	
Península de Setúbal	Península de Setúbal	
Alentejo Litoral Baixo Alentejo Alto Alentejo Alentejo Central	Alentejo	
Algarve	Algarve	
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira

Fonte: INE, 2023.

Figura 1: Limites das NUTS 2024 (e comparação com as NUTS 2013)



A aplicação de indicadores regionais auxilia no entendimento do padrão de especialização regional. Contudo, por serem medidas relativas, são influenciadas pelas regiões de referência e pela variável base usada (Alves, 2022a). Esses indicadores permitem analisar a concentração/dispersão de atividades económicas e sociais, evidenciando o perfil produtivo e exportador regional e suas alterações ao longo do tempo, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas à redução das assimetrias inter-regionais via promoção de investimentos, desconcentração de serviços públicos e estímulo à atuação dos atores regionais (Alves, 2022b).

Este estudo utilizou o Quociente de Localização (QL) e o Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) como metodologias para analisar o comportamento locativo e a concentração do emprego nos setores e nas atividades económicas dos municípios portugueses em relação às NUTS III, em 2011 e 2021. Os indicadores foram elaborados pela abordagem intrarregional (municípios relativamente às NUTS III e NUTS III em relação ao total nacional). O objetivo é analisar o comportamento da dinâmica do emprego dos setores primário, secundário e terciário. Os dados de população empregada são os disponibilizados pelo Recenseamento Geral da População (CENSOS 2011 e 2021), e reportam a população empregada por grandes setores de atividade (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024b).

A utilização do QL para o estudo do comportamento é recomendada por Isard (1972) e North (1977). Ademais, diversos estudos empregaram esse quociente na análise do comportamento locativo das atividades económicas regionais, destacando-se: Ferrera de Lima et al. (2007), Piffer & Arend (2009), Colla et al. (2011), Mattei & Mattei (2017), Bechlin et al. (2020), Coelho Junior et al. (2020), Alves et al., (2021), Castro et al. (2021), Alves (2022a; 2022b) e Ribeiro et al. (2023).

Segundo Alves (2012, 2022b), esse quociente permite identificar o comportamento locacional dos setores económicos, evidenciando na região os setores mais especializados em relação à região de referência. Uma região ou unidade territorial é considerada especializada em um setor económico quando o seu QL, em relação à macrorregião de referência, for maior que 1; o inverso ocorre quando o QL é menor que 1. O QL é exibido na Equação 1.

$$QL = (E_{ij}/E_{it}) / (E_{tj}/E_{tt}) \quad (1)$$

Sendo:

QL = Quociente de Localização;

E_{ij} = emprego do setor económico i do município;

E_{it} = emprego do setor económico i das NUTS III;

E_{tj} = emprego total do município;

E_{tt} = emprego total das NUTS III.

Os resultados são interpretados da seguinte forma: $QL \geq 1$ = localização significativa; $0,50 \leq QL < 1$ = localização média; e, $QL < 0,50$ = localização fraca.

O Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) mede a concentração/dispersão dos setores económicos de uma região em relação à macrorregião de referência, pois há atividades económicas que possuem um maior poder de concentração que outras em determinadas regiões. Resultados positivos do IHH indicam que o setor da atividade económica desempenha um poder de atração maior do que a macrorregião de referência, devido à sua especialização. Por outro lado, resultados negativos evidenciam um poder de atração da região inferior à macrorregião de referência (Alves, 2012). A Equação 2 mostra a fórmula de cálculo do IHH.

$$IHH = (E_{ij}/E_{it}) - (E_{tj}/E_{tt}) \quad (2)$$

Sendo:

IHH = Índice de Hirschman-Herfindahl;

E_{ij} = emprego do setor económico i do município;

E_{it} = emprego do setor económico i das NUTS III;

E_{tj} = emprego total do município;

E_{tt} = emprego total das NUTS III.

Os resultados são interpretados da seguinte forma: $IHH > 0$ = poder de atração significativo; e, $IHH < 0$ = poder de atração não significativo. Autores como Coelho Junior (2016), Santos & Souza Junior (2016), Sousa et al. (2017), Santos et al. (2019), Alves et al. (2020), Ribeiro et al. (2023) e dentre outros, empregaram o IHH em seus estudos para examinar o poder de concentração de determinados setores nas regiões.

Portanto, o QL permite identificar a especialização relativa de uma dada unidade territorial face à unidade de referência, evidenciando os territórios onde a proporção do emprego setorial é superior ou inferior. O Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) complementa essa leitura ao medir o grau de concentração/dispersão e o poder de atração relativo da atividade económica na unidade territorial analisada. No entanto, embora ambos incidam sobre a estrutura setorial do emprego, o QL privilegia a especialização relativa, enquanto o IHH reforça a interpretação da concentração e da atratividade territorial. Deste modo, a utilização conjunta dos dois indicadores permite robustecer a análise, confirmando padrões territoriais semelhantes, mas com leituras analíticas distintas.

Apesar da pertinência destes indicadores para estudar a localização e a especialização setorial da economia, importa salientar que eles não permitem inferir diretamente níveis de produtividade ou relações de causalidade. Por conseguinte, o seu contributo deve ser interpretado como evidência descritiva da estrutura territorial das atividades económicas e não como medida de desempenho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em conta os objetivos deste estudo, os resultados são analisados em termos da estrutura do emprego, da sua concentração e do poder de atração nos principais sectores da atividade económica em Portugal.

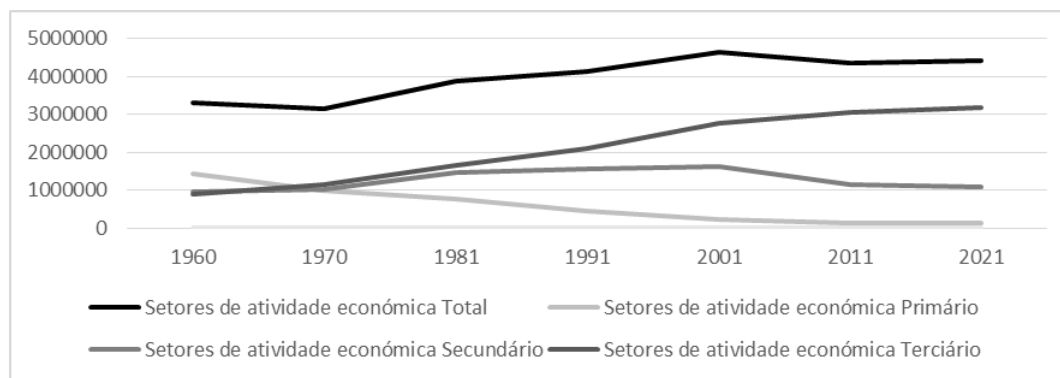
4.1 Estrutura do emprego

Os dados do recenseamento de 2021 evidenciam que a população residente em Portugal correspondeu a 10.343.066 habitantes, o que significa uma redução de 2,1%, quando comparada com 2011. Ao relacionar 2011 com 2021, observa-se que número de jovens, com idades até aos 14 anos, diminuiu 15,3%, a população entre os 15 e os 64 anos reduziu-se 5,6% e o número de idosos com mais de 65 anos aumentou em 20,6% (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024c). Em 2024, no entanto, o INE (INE, 2025¹) estimava que os residentes em Portugal fossem já 10.749.635 pessoas, o que significa um aumento dos residentes, registando-se também um aumento do envelhecimento. Este crescimento populacional deve-se ao facto do saldo migratório ser positivo, uma vez que o saldo natural continua negativo (INE, 2025).

A estrutura do emprego em Portugal alterou-se profundamente desde os anos 60 do século XX (Figura 2). Durante este período duas características marcam a evolução do emprego em Portugal. Em primeiro lugar, o aumento da população empregada entre 1970 e 2021 (sobretudo após a revolução de abril de 1974), decorrente quer do aumento da população residente, quer do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Por outro lado, registou-se uma forte terciarização da atividade produtiva (o emprego neste sector aumentou cerca de 251% entre 1961 e 2021) e a perda de importância do emprego no sector primário (aqui o emprego caiu cerca de 91% no mesmo período), que era o sector que mais empregava nos anos 60.

¹ Dados INE(2025) disponíveis em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=707078398&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt (accedidos em 20 de agosto de 2025).

Figura 2: Evolução da população empregada em Portugal, segundo os CENSOS (1960-2021)

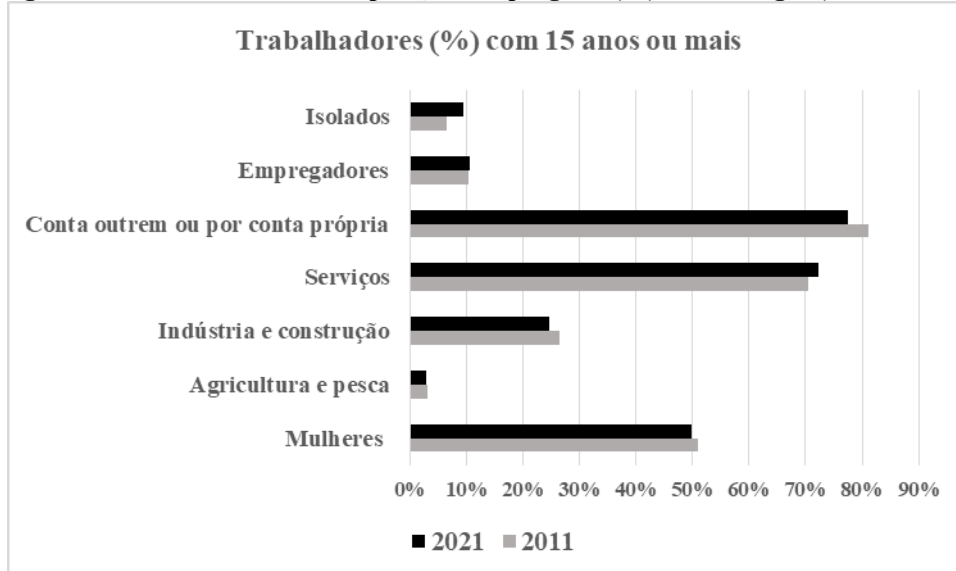


Fonte: dados INE; elaboração própria.

De acordo com os dados dos Censos de 2011 e 2021 (INE, 2011; 2021), em 2011, Portugal tinha pouco mais de 4,36 milhões de pessoas empregadas e em 2021 mais de 4,4 milhões. Não obstante as dificuldades económicas e sociais que caracterizaram a década de 10 do século XXI, designadamente a intervenção externa da Troika, no início da década, e suas consequências, e no início da década de 20 a crise pandémica da COVID-19, a população empregada no país aumentou cerca de 1,5% durante entre os dois censos. Na década em estudo (2011-2021), a população empregada aumentou (fruto da recuperação económica que se verificou entre 2016-2021), ainda que a população residente tenha diminuído, devido ao saldo migratório negativo que afetou o país sobretudo na primeira metade da década de 10 do Século XXI.

Um olhar mais detalhado para a última década permite conhecer melhor o contexto da evolução da população empregada em Portugal (Figura 3).

Figura 3. Características da População Empregada (%) em Portugal (2011 e 2021)



Fonte: adaptado de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024c).

Ao longo do período em estudo observa-se uma redução de quase dois pontos percentuais das mulheres no mercado de trabalho bem como dos trabalhadores nos sectores da agricultura e pesca indústria e construção, e por conta outrem ou por conta própria. Apenas os empregadores (1%), as atividades de serviços (3%) e os isolados (44%) aumentaram o número de trabalhadores em 2021, quando comparado com 2011. As características do mercado de trabalho em Portugal são determinadas pela forma como os diversos sectores de atividade têm evoluído. O fortalecimento do setor de serviços, em detrimento da indústria transformadora, contribuiu para a redução das taxas de crescimento da produtividade, e, por conseguinte, influência a oferta do emprego e as características deste (Conselho Económico e Social, 2023). Neste sentido, Reis (2023b) acrescenta que “à desindustrialização e terciarização excessivas junta-se a sobre especialização turística e, em geral,

Desigualdades Regionais no Emprego em Portugal

uma tendência de oferta ou cedência da vida material do país e dos seus recursos ao seu uso pelo exterior” (Reis, 2023b, p. 2720). Com esta alteração estrutural do emprego, mudou também a forma como a população tem vindo a ocupar o território.

No quadro 2 apresenta-se a distribuição da população empregada pelas várias NUTS III em análise, bem como pelos principais concelhos de cada uma das NUTS III. Este quadro também apresenta o contributo de cada uma das NUTS III para o emprego total nacional bem como o contributo de cada um dos concelhos para a respetiva região envolvente, ou seja, NUTS III. Os dados evidenciam que a população empregada está distribuída de forma muito assimétrica pelas diversas NUTS III. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e a Península de Setúbal representavam cerca de 45% da população empregada no país, em 2011, e em 2021 esse valor ainda aumenta para 45,6%. Em 2011, a NUTS III de Lisboa empregava 898,041 mil trabalhadores e em 2021 esse número aumentou. No entanto, a NUTS III do Alto Tâmega e Barroso, na NUTS II do Norte, apenas empregava 29,832 mil trabalhadores em 2011 e este valor diminuiu para 27,612 mil trabalhadores em 2021. No caso dos concelhos identificados no contexto das diversas NUTS III, o contributo do emprego para a região envolvente é, em geral, significativo, atingindo cerca de 58% em 2011 e 2021, no caso de Castelo Branco no contexto da região da Beira Baixa (um município de média dimensão integrado em uma região muito frágil em termos económicos).

Quadro 2: População empregada, nas NUTS III e principais concelhos

NUTS III - Concelhos	NUTS III				Concelhos			
	2011		2021		2011		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Alto Minho - Viana do Castelo	91794	2,10	94099	2,13	36403	39,66	37068	39,39
Cávado - Braga	177601	4,07	192185	4,34	81971	46,15	90516	47,10
Ave - Guimarães	178953	4,10	189020	4,27	69600	38,89	72907	38,57
Área Metropolitana do Porto - Porto	735170	16,86	758016	17,12	88452	12,03	93697	12,36
Alto Tâmega e Barroso – Chaves	29832	0,68	27612	0,62	13995	46,91	13117	47,50
Tâmega e Sousa - Amarante	172935	3,97	177025	4,00	21590	12,48	21184	11,97
Douro - Vila Real	74483	1,71	69676	1,57	21469	28,82	21280	30,54
Terras de Trás-os-Montes – Bragança	41115	0,94	38936	0,88	13886	33,77	13873	35,63
Região de Aveiro - Aveiro	159862	3,67	167355	3,78	35791	22,39	38628	23,08
Região de Coimbra - Coimbra	188966	4,33	184742	4,17	63598	33,66	63440	34,34
Região de Leiria - Leiria	124660	2,86	126451	2,86	57777	46,35	60076	47,51
Viseu Dão Lafões – Viseu	101226	2,32	99828	2,26	41212	40,71	42626	42,70
Beira Baixa - Castelo Branco	39186	0,90	37162	0,84	22791	58,16	21644	58,24
Beiras e Serra da Estrela - Guarda	85349	1,96	79595	1,80	17512	20,52	17469	21,95
Oeste - Caldas da Rainha	152169	3,49	157415	3,56	21097	13,86	21878	13,90
Médio Tejo - Abrantes	88793	2,04	84021	1,90	14444	16,27	12742	15,17
Lezíria do Tejo - Santarém	100637	2,31	98248	2,22	25346	25,19	24571	25,01
Grande Lisboa - Lisboa	898041	20,59	915313	20,68	232520	25,89	240103	26,23
Península de Setúbal - Setúbal	325235	7,46	341559	7,72	49414	15,19	51362	15,04
Alentejo Litoral - Sines	40287	0,92	42453	0,96	6547	16,25	6271	14,77
Baixo Alentejo - Beja	47217	1,08	45910	1,04	14770	31,28	14399	31,36
Alto Alentejo - Portalegre	42572	0,98	40684	0,92	9966	23,41	9368	23,03
Alentejo Central - Évora	67978	1,56	64974	1,47	24742	36,40	24148	37,17
Algarve - Faro	186191	4,27	188144	4,25	28737	15,43	30153	16,03
Região Autónoma dos Açores - Ponta Delgada	102127	2,34	105396	2,38	29392	28,78	30619	29,05
Região Autónoma da Madeira - Funchal	108808	2,49	100642	2,27	47270	43,44	43189	42,91

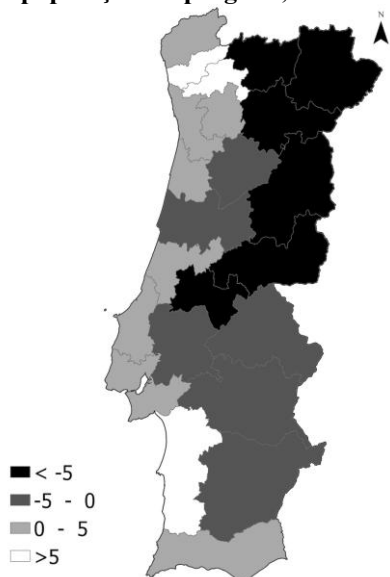
Fonte: Dados INE, 2011 e 2021.

O Porto, por seu turno, apenas contribui com cerca de 12%, em 2011 e 2021, para a população empregada da respetiva Área Metropolitana, o que revela o dinamismo desta região. Em todo o território nacional, o município que emprega mais trabalhadores é Lisboa (232,520 mil empregados em 2011 e 240,103 mil em 2021), o que representa cerca de ¼ dos trabalhadores da respetiva região NUTS III. Como capital do país, Lisboa concentra uma grande diversidade de atividades, que vão desde as funções terciárias mais indiferenciadas até às mais sofisticadas e de procura menos frequente, com áreas de mercado mais extensas. Os efeitos da aglomeração inerentes à cidade capital fazem-se sentir na atração de trabalhadores para as funções que geram quer bens transacionáveis de elevado valor acrescentado como para os serviços de proximidade e bens não transacionáveis de características mais banais. Do lado oposto surge o município de Sines, com pouco mais de 6000 trabalhadores empregados que representam cerca de 15% da NUTS III do Alentejo Litoral. Este município é um importante polo industrial e portuário, de indústria intensiva em capital, contribuindo de forma muito significativa para o PIB nacional.

Na Figura 4 apresenta-se a evolução da população empregada entre 2011 e 2021, nas várias NUTS III, através da respetiva taxa de crescimento no período em análise.

O mapa ilustra as diferenças entre as regiões do interior norte e do interior centro, onde o emprego diminuiu, em média mais de 5%. Todo o interior sul e um conjunto de regiões do interior e litoral centro perdem população empregada, ainda que a taxas menos expressivas. As regiões com perdas de emprego foram predominantemente rurais e na transição para a terciarização da atividade económica têm sido alvo de processos de forte êxodo rural, despovoamento e envelhecimento bem como de desqualificação por diminuição dos serviços, públicos e privados, disponíveis. A generalidade das regiões que regista crescimento da população empregada situa-se junto ao litoral, quer seja na região do Algarve, como ao longo da costa ocidental, e na proximidade das áreas metropolitanas e regiões de grande intensidade exportadora, a beneficiar dos processos de aglomeração das atividades produtivas.

Figura 4: Taxa de crescimento da população empregada, entre 2011 e 2021, por NUTS III



Fonte: Dados INE. Cartografia: Patrícia Conceição.

4.2 Concentração do emprego e poder de atração dos principais sectores de atividade

O Quadro 3 mostra os resultados do QL para os setores primário, secundário e terciário das NUTS III, em relação a Portugal, para os anos de 2011 e 2021.

Em 2011, as atividades do setor primário encontravam-se significativamente localizadas no sul de Portugal, nomeadamente, nas NUTS III do Alentejo Litoral, Baixo Alentejo, Alto Alentejo e Alentejo Central. Em 2021, verifica-se um reforço do QL no setor primário nas NUTS III do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo, o que em parte se deve à dinâmica da atividade agrícola, associada à expansão do regadio de Alqueva. Para além das NUTS III do Alentejo, também se destacam, em termos do QL, as NUTS III da Região Autónoma dos Açores, Lezíria do Tejo, Oeste,

Douro, Trás-os-Montes e Alto-Tâmega. Em 2021, essas NUTS III continuam a apresentar QL significativos que demonstram a sua forte especialização produtiva em atividades agrícolas relevantes para a economia nacional, como a produção de leite, cereais, frutas e legumes, vinho e gado em regime extensivo.

Quadro 3. Quociente de Localização dos sectores de atividade por NUTS III em relação ao País

Sub-regiões (NUTS III)	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alto Minho	1.05	1.49	1.42	1.48	0.80	0.75
Cávado	0.60	0.54	1.60	1.70	0.74	0.75
Ave	0.37	0.42	1.88	2.01	0.62	0.63
Área Metropolitana do Porto	0.41	0.30	1.14	1.12	0.96	1.01
Alto Tâmega e Barroso	2.17	4.77	0.97	0.95	0.96	0.74
Tâmega e Sousa	0.66	0.75	2.03	2.13	0.53	0.56
Douro	3.86	5.94	0.94	0.73	0.88	0.70
Terras de Trás-os-Montes	3.03	6.69	0.82	0.67	0.98	0.70
Região de Aveiro	0.78	0.68	1.56	0.25	0.70	0.76
Região de Coimbra	0.95	1.05	1.08	0.41	0.90	0.93
Região de Leiria	1.05	0.75	1.41	0.48	0.74	0.82
Viseu Dão Lafões	1.08	1.44	1.28	0.50	0.78	0.82
Beira Baixa	1.39	1.44	1.01	1.04	0.98	0.92
Beiras e Serra da Estrela	1.31	2.32	1.18	0.38	0.81	0.86
Oeste	2.63	1.98	1.08	0.40	0.82	0.87
Médio Tejo	1.54	1.16	1.24	1.37	0.79	0.84
Lezíria do Tejo	3.85	2.64	1.05	0.99	0.83	0.86
Grande Lisboa	0.17	0.21	0.19	0.27	1.37	1.35
Península de Setúbal	0.83	0.58	0.36	1.08	1.08	0.99
Alentejo Litoral	5.88	6.73	0.80	0.55	0.85	0.74
Baixo Alentejo	7.92	7.65	0.64	0.52	0.82	0.67
Alto Alentejo	4.95	3.72	0.82	0.83	0.89	0.84
Alentejo Central	4.74	3.34	0.92	0.97	0.85	0.83
Algarve	1.44	1.55	0.63	0.60	1.15	1.12
Região Autónoma dos Açores	3.72	2.52	0.92	0.84	0.90	0.95
Região Autónoma da Madeira	0.65	1.27	0.78	0.74	1.12	1.09

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS obtidos a partir de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

As atividades do sector secundário concentram-se principalmente no norte de Portugal. Tanto em 2011 como em 2021, as NUTS III do Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto e Tâmega e Barroso, apresentam QL significativos, associados principalmente a uma forte especialização produtiva nas indústrias transformadoras. Em 2011, destacam-se ainda a Região de Aveiro, Região de Leiria, Viseu Dão Lafões, Beira e Serra da Estrela e Médio Tejo. A concentração significativa destas NUTS III no sector secundário não é alheia à sua especialização produtiva nas atividades das indústrias transformadoras e da construção. Os resultados identificados estão em linha com Monteiro & Viegas (2014), na identificação de regiões especializadas em diversos setores industriais, nas regiões do norte e centro litoral, destacando-se, entre outras, as atividades têxtil, vestuário, calçado, madeira e mobiliário, atividade metalúrgica e dos produtos metálicos, e de automóveis.

No sector terciário apenas as NUTS III da Grande Lisboa, Algarve e Região Autónoma da Madeira apresentam uma localização significativa. No caso da Grande Lisboa, as atividades que mais contribuem para a especialização do sector terciário são transporte e armazenagem, alojamento,

restauração e similares, atividades de informação e comunicação, atividades de consultoria científica, técnica e similares, atividades administrativas e dos serviços de apoio e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. Nos casos do Algarve e da Região Autónoma da Madeira, a especialização produtiva no sector terciário deve-se principalmente a atividades relacionadas como o turismo, como o alojamento, restauração e similares, atividades imobiliárias e atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas. De facto, em 2021 aumentou o emprego no comércio, nos transportes, no alojamento e restauração em comparação com 2020 (mesmo não recuperando o nível pré-pandemia) e cresceu significativamente o emprego na construção (5,6%) e nos serviços de informação e comunicação (14,8%) (Banco de Portugal, 2022).

O quadro 4 mostra os resultados do QL (2011 e 2021) para os setores primário, secundário e terciário dos municípios que se constituem como o maior polo urbano em relação às NUTS III.

Quadro 4. QL dos sectores de atividade por município em relação às NUTS III

Município por NUTS III	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Viana do Castelo (Alto Minho)	0,52	0,58	0,98	0,95	1,04	1,05
Braga (Cávado)	0,27	0,37	0,76	0,78	1,19	1,15
Guimarães (Ave)	0,57	0,70	1,03	1,02	0,98	0,99
Porto (A. M. do Porto)	0,21	0,41	0,46	0,47	1,26	1,22
Chaves (Alto Tâmega e Barroso)	0,50	0,48	0,88	0,90	1,13	1,09
Amarante (Tâmega e Sousa)	1,14	1,06	0,86	0,84	1,15	1,15
Vila Real (Douro)	0,29	0,30	0,86	0,93	1,19	1,16
Bragança (Terras de Trás-os-Montes)	0,43	0,45	0,88	1,01	1,12	1,07
Aveiro (Região de Aveiro)	0,41	0,49	0,75	0,79	1,19	1,16
Coimbra (Região de Coimbra)	0,24	0,29	0,61	0,60	1,16	1,16
Leiria (Região de Leiria)	0,85	0,91	0,90	0,92	1,06	1,05
Viseu (Viseu Dão La Fões)	0,38	0,44	0,72	0,74	1,17	1,14
Castelo Branco (Beira Baixa)	0,50	0,59	0,94	0,96	1,06	1,04
Guarda (Beiras e Serra da Estrela)	0,46	0,55	0,77	0,83	1,13	1,09
Caldas da Rainha (Oeste)	0,62	0,75	0,85	0,88	1,10	1,07
Abrantes (Médio Tejo)	1,51	1,50	1,03	1,06	0,97	0,96
Santarém (Lezíria do Tejo)	0,59	0,67	0,91	0,87	1,07	1,08
Lisboa (Grande Lisboa)	0,67	0,95	0,68	0,66	1,06	1,05
Setúbal (Península de Setúbal)	1,07	0,96	1,27	1,27	0,93	0,94
Sines (Alentejo Litoral)	0,30	0,18	1,27	1,32	1,02	1,15
Beja (Baixo Alentejo)	0,57	0,79	0,66	0,69	1,17	1,13
Portalegre (Alto Alentejo)	0,45	0,50	0,90	0,95	1,10	1,08
Évora (Alentejo Central)	0,45	0,49	0,83	0,88	1,13	1,11
Faro (Algarve)	0,94	0,96	0,81	0,85	1,04	1,03
Ponta Delgada (Açores)	0,56	0,61	0,80	0,85	1,11	1,07
Funchal (Madeira)	0,24	0,28	0,75	0,75	1,08	1,07

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS obtidos a partir de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

Os QL apresentados no Quadro 4, indicam que o padrão de localização dos sectores de atividade é semelhante ao apresentado para as NUTS III. Na generalidade dos municípios em análise o sector terciário apresenta níveis de concentração mais elevados, por comparação com as respetivas NUTS III, o que confirma o papel de estruturação dos principais núcleos urbanos do território envolvente, a partir da provisão de serviços, públicos e privados, a par da fragilidade das restantes atividades. Alguns municípios de média dimensão mantêm especializações específicas no setor secundário ou primário, nomeadamente Guimarães (NUTS III Ave), Abrantes (NUTS III Médio Tejo), Setúbal

(NUTS III Península de Setúbal) e Sines (NUTS III Alentejo Litoral), onde o perfil do emprego apresenta maior ancoragem em atividades industriais ou agrícolas. Em termos analíticos, estes casos mostram que a concentração terciária não elimina especializações locais persistentes, mas tende a sobrepô-las na maior parte dos centros urbanos.

No Quadro 5 apresentam-se os resultados do IHH por NUTS III para os anos de 2011 e de 2021. Como já foi referido anteriormente, valores positivos do IHH indicam que o sector ou a atividade tem um poder de atração superior à área de referência. Nessas condições encontram-se praticamente todas as NUTS III que apresentam um $QL > 1$, ou seja, localização significativa.

Quadro 5: IHH dos sectores de atividade por NUTS III em relação ao País

Sub-regiões (NUTS III)	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Alto Minho	0.00	0.01	0.01	0.01	0.00	0.00
Cávado	-0.02	-0.02	0.02	0.03	-0.01	-0.01
Ave	-0.03	-0.02	0.04	0.04	-0.02	-0.01
Área Metropolitana do Porto	-0.10	-0.12	0.02	0.02	-0.01	0.00
Alto Tâmega e Barroso	0.01	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00
Tâmega e Sousa	-0.01	-0.01	0.04	0.04	-0.02	-0.02
Douro	0.03	0.07	0.00	0.00	0.00	0.00
Terras de Trás-os-Montes	0.01	0.05	0.00	0.00	0.00	0.00
Região de Aveiro	-0.01	-0.01	0.02	-0.03	-0.01	-0.01
Região de Coimbra	0.00	0.00	0.00	-0.02	0.00	0.00
Região de Leiria	0.00	-0.01	0.01	-0.01	-0.01	-0.01
Viseu Dão Lafões	0.00	0.01	0.01	-0.01	0.00	0.00
Beira Baixa	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Beiras e Serra da Estrela	0.00	0.02	0.00	-0.01	0.00	0.00
Oeste	0.05	0.03	0.00	-0.02	-0.01	0.00
Médio Tejo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Lezíria do Tejo	0.05	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00
Grande Lisboa	-0.13	-0.12	-0.13	-0.11	0.06	0.05
Península de Setúbal	0.00	0.00	-0.01	0.00	0.00	0.00
Alentejo Litoral	0.04	0.05	0.00	0.00	0.00	0.00
Baixo Alentejo	0.05	0.05	0.00	0.00	0.00	0.00
Alto Alentejo	0.03	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00
Alentejo Central	0.05	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00
Algarve	0.02	0.02	-0.01	-0.02	0.01	0.01
Região Autónoma dos Açores	0.05	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00
Região Autónoma da Madeira	-0.01	0.01	0.00	-0.01	0.00	0.00

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS (2011 e 2021) disponíveis a partir da Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

Os resultados do IHH reforçam, em geral, a leitura do QL, mas permitem sublinhar a intensidade da concentração. No sector primário, os valores positivos do IHH concentram-se nas regiões de maior especialização agrícola, em embora o seu poder atração diminua de 2011 para 2021. No sector secundário, o maior poder de atração permanece nas NUTS III do norte de Portugal e em alguns polos industriais. No sector terciário, a Grande Lisboa é a NUTS III que exerce o maior poder de atração, seguindo-se o Algarve, o que evidencia a centralidade metropolitana e a sua capacidade de fixação do emprego terciário. De acordo com Reis (2020), este cenário decorre de um modelo de organização urbana de tipo unipolar, em torno da Área Metropolitana de Lisboa, feito por exaustão do resto do território envolvente e que gera fortes assimetrias internas. No caso da Região Autónoma da Madeira, que também apresenta um QL significativo, o poder de atração no sector terciário é

praticamente nulo, o que pode indicar alguma saturação dos mercados relacionados com as atividades do sector terciário neste território.

No Quadro 6 apresentam-se os resultados do IHH para os sectores primário, secundário e terciário dos municípios onde se localiza o maior polo urbano das respetivas NUTS III, para os anos de 2011 e 2021.

Quadro 6. IHH dos sectores de atividade por município em relação às NUTS III

Município por NUTS III	Primário		Secundário		Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Viana do Castelo (Alto Minho)	-0,19	-0,17	-0,01	-0,02	0,02	0,02
Braga (Cávado)	-0,34	-0,30	-0,11	-0,10	0,09	0,07
Guimarães (Ave)	-0,17	-0,12	0,01	0,01	-0,01	0,00
Porto (A. M. do Porto)	-0,10	-0,07	-0,06	-0,07	0,03	0,03
Chaves (Alto Tâmega e Barroso)	-0,23	-0,25	-0,06	-0,05	0,06	0,04
Amarante (Tâmega e Sousa)	0,02	0,01	-0,02	-0,02	0,02	0,02
Vila Real (Douro)	-0,20	-0,21	-0,04	-0,02	0,06	0,05
Bragança (Terras de Trás-os-Montes)	-0,19	-0,20	-0,04	0,00	0,04	0,03
Aveiro (Região de Aveiro)	-0,13	-0,12	-0,06	-0,05	0,04	0,04
Coimbra (Região de Coimbra)	-0,26	-0,24	-0,13	-0,14	0,06	0,05
Leiria (Região de Leiria)	-0,07	-0,14	-0,04	-0,04	0,03	0,03
Viseu (Viseu Dão Lafões)	-0,25	-0,24	-0,11	-0,11	0,07	0,06
Castelo Branco (Beira Baixa)	-0,29	-0,24	-0,03	-0,02	0,03	0,03
Guarda (Beiras e Serra da Estrela)	-0,11	-0,10	-0,05	-0,04	0,03	0,02
Caldas da Rainha (Oeste)	-0,05	-0,03	-0,02	-0,02	0,01	0,01
Abrantes (Médio Tejo)	0,08	0,08	0,00	0,01	0,00	-0,01
Santarém (Lezíria do Tejo)	-0,10	-0,08	-0,02	-0,03	0,02	0,02
Lisboa (Grande Lisboa)	0,02	-0,01	-0,08	-0,09	0,02	0,01
Setúbal (Península de Setúbal)	0,01	-0,01	0,04	0,04	-0,01	0,01
Sines (Alentejo Litoral)	-0,11	-0,12	0,04	0,05	0,00	0,02
Beja (Baixo Alentejo)	-0,13	-0,07	-0,11	-0,10	0,05	0,04
Portalegre (Alto Alentejo)	-0,13	-0,12	-0,02	-0,02	0,02	0,02
Évora (Alentejo Central)	-0,20	-0,19	-0,06	-0,04	0,05	0,04
Faro (Algarve)	-0,01	-0,01	-0,03	-0,02	0,01	0,00
Ponta Delgada (Açores)	-0,13	-0,11	-0,06	-0,04	0,03	0,02
Funchal (Madeira)	-0,33	-0,31	-0,11	-0,11	0,04	0,03

Fonte: elaboração própria com os dados dos CENSOS obtidos a partir de Fundação Francisco Manuel dos Santos (2024b).

Na maioria dos municípios em análise, os sectores de atividade que apresentam QL superiores à unidade, são também os que revelam maior capacidade de atração, medida pelo IHH positivo. Isso significa que os sectores de atividade mais concentrados nestes concelhos exercem alguma capacidade de atração nesses domínios, ainda que frágil, dados os pequenos valores do IHH, relativamente às regiões onde se inserem.

Este comportamento revela-se em linha com os conhecidos efeitos de atração dos centros de maior dimensão relativamente às áreas envolventes, ou seja, as cidades médias atraem e fixam recursos provenientes das próprias regiões, ainda que numa escala limitada (Reis, 2023a).

Estes resultados, globalmente, confirmam algumas características já identificadas para a economia portuguesa, designadamente o facto das desigualdades regionais não se conformarem em geografias de tipo norte-sul ou litoral-interior, mas antes resultarem em estruturas de tipo

arquipélago (Ferrão, 2002; Rego et al., 2021), com os pontos mais dinâmicos isolados ao longo do país. De entre estes, destaca-se a Área Metropolitana de Lisboa.

Os resultados também antevêm, de algum modo, a visão estratégica que foi preconizada para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, em que entre as diversas atividades inseridas nesse plano, se destacam as do sector terciário, como a cultura, os serviços, o turismo e o comércio. Acerca da cultura, das artes e da criatividade, há um programa de ação direcionado às novas gerações e aos talentos emergentes. A proposta do comércio e serviços está relacionada com as oportunidades da economia circular e do turismo, que já representa cerca de 13% do PIB nacional. A revitalização do turismo reflete a necessidade da sua oferta ir além do turismo convencional, contemplando novos produtos mais diversificados e direcionados ao turismo da natureza e ao turismo cultural, com vista a aumentar o nível de qualificação e de criação de valor associado a esta atividade. Ao nível do sector secundário, o Plano de Recuperação Económica, também tem pretensões de reindustrializar o País, apostando no desenvolvimento de produtos com alto valor acrescentado e maior competitividade (Silva, 2020). O debate em torno da questão da reindustrialização não decorre de propósitos de natureza revivalista, assente em modelos de utilização de mão de obra barata e de elevada intensidade carbónica, mas deve apontar para atividades baseadas em indústrias ecologicamente sustentáveis e intensivas em conhecimento, com capacidade para transformar o perfil de especialização produtiva do país. Esta perspetiva está em linha com argumentos aduzidos em estudos anteriores (por exemplo, Alexandre et al. (2017), Mateus (2015), Sopas et al. (2018)) que identificam, entre outros, a capacidade da indústria transformadora absorver inovação, automação e gerar economias de escala; o facto de os bens industriais sofisticados serem o foco dos sectores transacionáveis globais; a reindustrialização assente em intensidade tecnológica e inovação cria postos de trabalho bem remunerados. Além disso, a indústria funciona frequentemente em rede e através de *clusters* que se instalam em cidades médias e regiões do interior (aproveitando custos de solo, acessibilidades logísticas e proximidade a instituições de ensino superior), contrariando assim as assimetrias regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o comportamento locativo e a concentração do emprego nos setores de atividade económica das NUTS III em relação ao país e dos respetivos municípios principais em relação às NUTS III, para 2011 e 2021. A análise utilizou uma abordagem baseada no Quociente de Localização (QL) e no Índice de Hirschman-Herfindahl e nos dados dos Censos da população empregada, por setor de atividade, em 2011 e 2021.

Os resultados mostram que em 2011 e 2021, Portugal apresentou uma especialização e uma concentração do emprego no setor terciário que privilegiou as atividades de serviços e comércio. Contudo, este setor não conseguiu fortalecer-se igualmente, quando se considera a influência dos municípios sobre suas respectivas regiões de referência. Apenas Viana do Castelo (Alto Minho), Santarém (Lezíria do Tejo) e Sines (Alentejo Litoral) registaram aumentos da população empregada nos anos analisados. Embora, alguns municípios sejam especializados nos setores primário e secundário, a intensidade dessa especialização é pequena quando comparada com a que ocorre no setor terciário.

As especializações das atividades económicas ratificam o resultado do QL (2011 e 2021) por setores: o setor terciário foi o que mais se destacou na especialização do emprego nas atividades de informação e comunicação, consultoria, saúde e apoio social, atividades culturais, serviços imobiliários, comércio, transporte, atividades administrativas e distribuição de água. Por sua vez, os resultados do IHH (2011 e 2021) por setores e por atividades económicas ressaltam o poder de atração e concentração do emprego no setor terciário, corroborando os resultados obtidos para o QL, quer em 2011, quer em 2021.

O fortalecimento do emprego nas atividades de serviços e comércio evidencia a redução do emprego na atividade económica portuguesa dos setores tradicionais e a concentração do emprego no setor terciário, seguido do setor secundário. Porém, a concentração do emprego apenas nesse setor contribui para as disparidades regionais do País, dada a diferente capacidade destas atividades económicas no que respeita à geração de valor acrescentado. Por isso, a expansão e o fortalecimento

do setor secundário, em conjunto com o setor primário, são de suma importância para o aumento de valor na produção e no crescimento da produtividade nas regiões portuguesas.

O cálculo dos indicadores de localização permitiu discriminar territórios onde a especialização industrial resistiu à tendência de desindustrialização precoce, tal como descrita por Rodrik (2016). Estes municípios e as respetivas regiões mantêm níveis significativos de especialização no setor secundário bem como maior intensidade tecnológica e geram elevados níveis de Valor Acrescentado Bruto por trabalhador. Este padrão industrial regionalizado contrasta nitidamente com os municípios predominantemente terciarizados, cuja especialização em serviços de baixo valor e não-transacionáveis limita o crescimento da produtividade local, favorecendo assim o acentuar das assimetrias regionais.

Assim, políticas públicas direcionadas para a necessidade de cada região (políticas de tipo *place-based*) são imprescindíveis para o fortalecimento das aglomerações urbanas, particularmente no caso das de média dimensão, e para a expansão do emprego no país. Em locais com população mais envelhecida, podem ser desenvolvidos serviços especializados para as necessidades dos residentes a fim de expandir o emprego no setor terciário nestas regiões mais deprimidas económica e socialmente. Por sua vez, o fortalecimento no setor secundário pode ocorrer pela inserção de novas tecnologias, desenvolvimento de produtos de elevado valor acrescentado e mais competitivos. A diversificação económica, fundamental para promover a resiliência da economia e dos territórios, exigirá a intervenção da política pública com vista à promoção de atividades, nos diversos setores económicos, com potencial gerador de elevados níveis de valor acrescentado.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, F. (Coord.), Bação, P., Carreira, C., Cerejeira, J., Loureiro, G., Martins, A., & Portela, M. (2017). *Investimento empresarial e o crescimento da economia portuguesa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alves, L. R. (2012). Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In C. A. Piacenti & J. Ferrera de Lima (Orgs.), *Análise regional: Metodologias e indicadores* (pp. 25–44). Camões.
- Alves, L. R. (2016). Região, urbanização e polarização. In C. A. Piacenti, J. Ferrera de Lima, & P. H. de C. Eberhardt (Orgs.), *Economia e desenvolvimento regional* (pp. 41–51). Parque Itaipu.
- Alves, L. R. (2022a). Especialização e estrutura produtiva na análise regional do estado do Paraná. *Informe GEPEC*, 26(2), 9–29.
- Alves, L. R. (2022b). Localização e reestruturação da base de exportação das regiões imediatas do estado do Paraná-Brasil entre 2010 e 2020. *Informe GEPEC*, 26(3), 416–438.
- Alves, L. R., Ferrera de Lima, J., & Piffer, M. (2021). A localização das indústrias de transformação no estado do Paraná. Trabalho apresentado no *X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Atores, Ativos e Instituições: O Desenvolvimento Regional em Perspectiva*.
- Alves, L. R., Ferrera de Lima, J., & Rippel, R. (2020). A localização das atividades produtivas no Paraná no século XX. Trabalho apresentado no *XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Encontro virtual.
- Banco de Portugal. (2022). *A economia portuguesa em 2021. Boletim Económico*. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_mai2022_p.pdf
- Bechlin, A. R., Mantovani, G. G., Piffer, M., & Shikida, P. F. A. (2020). Alterações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho formal decorrentes da falência de uma agroindústria canavieira em Engenheiro Beltrão e Perobal (PR). *Informe GEPEC*, 24(2), 249–274.
- Castro, G. H. L., Leocádio, A. L. M., Ribeiro, M. R., & Telles, T. S. (2021). Organização espaço-temporal da produção do café no Paraná. *Informe GEPEC*, 25 (Edição Especial – 58º Congresso da SOBER), 109–132.
- Coelho Júnior, L. M. (2016). Concentração regional do valor bruto de produção do pinhão no Paraná. *Ciência Florestal*, 26(3), 853–861.
- Coelho Junior, L. M., Santos Júnior, E. P., Borges, L. A. C., & Silva, M. L. (2020). Especialização e localização do valor bruto da produção dos produtos madeireiros nativos nas microrregiões da Paraíba (1994–2017). *Ciência Florestal*, 30(1), 192–204.

Colla, C., Rippel, R., Ferrera de Lima, J., & Alves, L. R. (2011). Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios. *Informe GEPEC*, 15(Edição especial), 203–221.

Conselho Económico e Social. (2023). *Parecer de iniciativa sobre a produtividade e qualidade do emprego*. https://ces.pt/wp-content/uploads/2023/10/Aprovado-em-Plenario_Parecer-Produtividade.pdf

Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação: Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. *Lusotopie*, 9(2), 151–158. https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_2_1520

Ferreira, R. S. A., Conceição, V. N. da, & Sandoval, W. S. (2025). Avaliação de dinâmicas no mercado de trabalho da indústria brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 19(2), 221–239.

Ferrera de Lima, J. (2022). *Economia territorial: teoria e indicadores*. EDUEPB.

Ferrera de Lima, J. F. (2016). O espaço e a difusão do desenvolvimento económico regional. In C. A. Piacenti, J. Ferrera de Lima, & P. H. de C. Eberhardt (Orgs.), *Economia e desenvolvimento regional* (pp. 15–40). Parque Itaipu.

Ferrera de Lima, J., Alves, L. R., Piffer, M., & Piacenti, C. A. (2007). O padrão de localização e de difusão da mão-de-obra na Região Sul do Brasil (1991-00). *Ensaio FEE*, 28(1), 189–224.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024a). *PORDATA – O que são NUTS?* <https://www.pordata.pt/o+que+sao+nuts>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024b). *PORDATA – População empregada segundo os Censos: total e por setor de atividade económica*.

<https://www.pordata.pt/subtema/municipios/populacao+empregada-222>

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024c). *PORDATA – Portugal nos Censos: Evolução 1960–2021*. <https://www.pordata.pt/subtema/municipios/populacao+empregada-222>

Gonçalves, E., Saldanha, R. F., Almeida, E., & Silva, A. S. (2019). Crescimento do emprego industrial local no Brasil: O grau de especialização por intensidade tecnológica importa? *Nova Economia*, 29(1), 41–79.

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2019*. Instituto Nacional de Estatística. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=473078945&DESTAQUESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. (2021). *População residente (Censos 2021)*. Instituto Nacional de Estatística.

https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt

Instituto Nacional de Estatística. (2023). *A implementação das NUTS 2024: 35ª Reunião Plenária do Conselho Superior de Estatística (12 de julho de 2023)*. Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística. (2025). *Estimativas da população residente (18 de junho de 2025)*. Instituto Nacional de Estatística. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=707078398&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Isard, W. (1972). *Méthodes d'analyse régionale*. Dunos.

Mattei, T. F., & Mattei, T. S. (2017). Métodos de análise regional: Um estudo de localização e especialização para a Região Sul do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 38(133), 227–243.

Mateus, A. (Coord.). (2015). *Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Monteiro, P., & Viegas, M. (2014). A distribuição espacial das atividades económicas em Portugal: Uma análise espacial exploratória. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 37, 19–27.

North, D. C. (1977). Teoria da localização e crescimento económico regional. In J. Schwartzman (Org.), *Economia regional: Textos escolhidos* (pp. 291–313). CEDEPLAR.

Oliveira, N. (2021). Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. *Informe GEPEC*, 25(1), 203–219.

- Piffer, M., & Arend, S. C. (2009). A agropecuária e as indústrias tradicionais no desenvolvimento regional paranaense no período de 1970 a 2000. *Informe GEPEC*, 13(1), 107–122.
- Rego, C., Martins, P., & Correia, L. (2023). Todos diferentes, todos iguais: Determinantes da resiliência nos territórios rurais. In A. Teixeira, A. P. Delgado, L. Carvalho, M. I. Mota, & M. M. Castro e Silva (Eds.), *Estudos de homenagem a José da Silva Costa* (Coleção Transversal, nº 16, pp. 653–674). U.Porto Press.
- Rego, C., Ramos, I. J., Lucas, M. R., Baltazar, M. S., & Dionísio, A. (2021). New geography in old territories: A multivariate approach based on Portuguese regions. *Regional Studies, Regional Science*, 8(1), 25–50.
- Reis, J. (2020). O território: Reorganizar internamente o país depois do modelo unipolar e do deslocamento territorial. In J. Reis (Org.), *Como reorganizar um país vulnerável?* (pp. 295–343). Actual.
- Reis, J. (2023a). As cidades e a estruturação do território: Crise do sistema urbano e reconfiguração territorial em Portugal. In A. Teixeira, A. P. Delgado, L. Carvalho, M. I. Mota, & M. M. Castro e Silva (Eds.), *Estudos de homenagem a José da Silva Costa* (Coleção Transversal, nº 16, pp. 701–709). U.Porto Press.
- Reis, J. (2023b). Sete traços para um esboço da economia portuguesa. *Boletim de Ciências Económicas*, LXVI (III), 2705–2733.
- Ribeiro, L. A., Tenório, K. F., Alves, L. R., & Piffer, M. (2023). A Messorregião Diferenciada Grande Fronteira do Mercosul: Análise do comportamento locacional e da concentração do emprego formal nos subsectores económicos (2019 e 2021). Trabalho apresentado no *XI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Desenvolvimento Regional em tempos de emergência climática: desafios e oportunidades*, pp. 1–19.
- Rodrik, D. (2016). Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, 21(1), 1–33. DOI 10.1007/s10887-015-9122-3.
- Santos, M. S., & Souza Júnior, W. D. (2016). O comércio do petróleo: Um estudo da estrutura de mercado do setor petrolífero brasileiro no período de 2005 a 2014. *Informe GEPEC*, 20(1), 98–115.
- Santos, N. S., Oliveira, N. M., Luz, R. A., & Rodrigues, W. (2019). Dinâmica produtiva da região Sul maranhense: Uma análise com base nos indicadores de localização. In *IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais* (pp. 1–18). Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.
- Silva, A. C. (2020). *Análise dos contributos da consulta pública – Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=visao-estrategica-para-o-plano-de-recuperacao-economica-de-portugal-2020-2030>
- Simões Lopes, A. (1984). *Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos* (2ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sopas, L. (Coord.), Ribeiro, R., Tavares, M., Rodrigues, V., & Meneses, J. (2018). *Diversificação e crescimento da economia portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sousa, R. B., Almeida, G. T., Oliveira, N. M., & Luz, R. A. (2017). A análise locacional da estrutura produtiva da microrregião de Porto Nacional. *Revista Baru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 3(2), 191–209.

Agradecimentos

Este estudo é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04007/2025/CEFAGE. Possui também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).